

Um pensador do Brasil na Primeira República: uma análise das interfaces entre Estado, raça e educação em Oliveira Vianna

A thinker in the First Republic of Brazil:
An analysis of the interfaces between the state,
race and education according to Oliveira Vianna

Jean Carlo de Carvalho Costa
jeanccosta@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste ensaio é argumentar em torno da importância que, nos dias de hoje, é atribuída à “redescoberta” do *nacional* no pensamento social contemporâneo. Esse processo de atribuição de importância ao *nacional* tem ocorrido em esfera mundial e tem afetado a produção local. Na esteira desse processo de busca de “autoentendimento” é possível identificar como “alvo” autores relevantes em sua época, marginalizados *a posteriori* e hoje centrais para entender o processo de construção do nacional e do papel da educação nessa configuração. Na esfera local, um dos principais intelectuais é Oliveira Vianna. A orientação central do artigo é compreender a natureza de alguns dos elementos constituintes da compreensão do nacional e da educação nesse autor, que, por vezes, é associado ao pensamento autoritário brasileiro. A partir de categorias analíticas por ele introduzidas, “clã” e “insolidarismo”, argumenta-se em torno da contemporaneidade de sua crítica ao Estado e o papel derivado daí relativo à educação.

Palavras-chave: itinerários intelectuais, primeira república, formação nacional, educação.

Abstract: The article discusses the importance that is currently ascribed to the “rediscovery” of national identity in contemporary social thought. This process of attributing importance to the national identity has taken place throughout the world and has affected the local production. In the wake of its search for “self-understanding”, this process focuses on authors who were central in their time and were later marginalized, but today are key to understanding the process of construction of the national identity and the role played by education in it. At the local level, one of such leading intellectuals is Oliveira Vianna. This paper tries to understand the nature of some of the elements of the understanding of the national identity and education by this author, who is sometimes associated with Brazilian authoritarian thought, due to analytical categories introduced by him, such as “clan” and “lack of solidarity”. It deals with the contemporariness of his critique of the state and the role of education derived from it.

Key words: intellectual careers, first republic, national formation, education.

E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro – o que d’Ela receberei em muita mercê.

Beijo as mãos de Vossa Alteza. Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500. Pero Vaz de Caminha

Em obra hoje clássica, o escritor italiano Ítalo Calvino nos convidou a “ler os clássicos” e nos indagar da importância deles. Em seu “Por que ler os clássicos” (Calvino, 1993), ele argumenta que nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão. Por um lado, ele nos chama a atenção para o fato de que a crítica subsequente não substitui a leitura da obra em um instante temporal futuro; por outro, no entanto, a leitura a partir do olhar do presente, inevitavelmente, nos conduz a esclarecimentos, a detalhes, ao desvelamento de elementos empoeirados ou mesmo nublados pelo olhar da historiografia, ou seja, nos conduz a reconfigurar hipóteses interpretativas sobre a obra e, quicá, identificar os ‘lampejos’ sobre os quais nos fala Walter Benjamin (1892-1940), em clássico ensaio sobre o conceito de história. Alguns desses “lampejos” têm sido perseguidos pelos assim denominados “intérpretes do Brasil”. Por um lado, pesquisas e “releituras” de importantes ensaístas brasileiros e suas teses, muitas vezes, secundarizadas ou seletivamente apreendidas, mais uma vez são abordadas e associadas, além disso, ao papel do iberismo na formação nacional (Araújo, 1994; Vianna, 1997; Souza, 2000, 2003;

Barboza Filho, 2000; Alonso, 2002; Chacon, 2005; Reis, 2006; Weffort, 2006) e, por outro, trabalhos voltados à compreensão do pensamento e da contribuição de intelectuais “menores”, indigitados em seus contextos de origem que, por razões variadas, foram conduzidos a certo ostracismo histórico (Aguiar, 2000; Botelho, 2002, 2007; Schneider, 2005; Brandão, 2007; Bresciani, 2007; Ricupero, 2007).

Essa autorreflexão tem sido elaborada por inúmeros grupos constituintes da sociedade que forjam o que se entende por “nação”, sendo um desses grupos aquele formado pelos intelectuais. O argumento desse artigo, guiado pela contribuição de Oliveira Vianna, procura problematizar algumas das teses forjadas por esses sujeitos, em particular Vianna, nos contextos específicos em que estiveram presentes e o modo por meio do qual elas foram por nós apreendidas ao longo da história; bem como o fato de que elas traduzem uma forma de autoentendimento possível na contemporaneidade e na gestação de uma agenda de transformações de nossas práticas institucionais. Isso porque, se é correto supor que a relação das ideias com o mundo material não é de exterioridade, mas, ao contrário, que elas ajudam a constituir a própria realidade material, na medida em que mostram alguns aspectos estruturadores e possibilidades de ação, a despeito de encobrir outros tantos, então a crítica das ideias é uma tarefa conspícua de uma ciência social com interesses críticos (Souza, 2000).

Ora, as discussões em relação ao nacional permeiam todo o pensamento brasileiro, destacando-se o período que compreende desde o predomínio da “bricolage de uma identidade nacional” elaborada pelo romantismo brasileiro (Ortiz, 1994 [1985], p. 19) até a “virada cultu-

ralista” proporcionada pela obra de Gilberto Freyre (1900-1987), em especial, o seu livro *Casa-Grande & Senzala*, a “Paideia” de nosso Werner Jäger dos trópicos (Chacon, 2001). No intervalo que compreende as últimas décadas do século XIX e meados da década de 1910, as tentativas de interpretar o nacional são conduzidas a partir da possibilidade percebida de articulação dos conceitos de *raça* e *meio*, com o objetivo de encontrar uma espécie de via alternativa cujo eixo preservaria a “singularidade sociorracial brasileira”. Entretanto, essas tentativas são guiadas por certa tensão que identificaria uma determinada parte de nossa intelectualidade, cujo eixo bifurca-se entre assimilar a ciência da época, realista, naturalista e pretensamente universalista, a elementos idiossincráticos subjacentes à cultura local, não necessariamente traduzíveis no *logos* de então, desmembrando-se em uma perspectiva relativamente determinista e de cunho racial, e a busca por soluções híbridas que possibilitassem diálogo com a tradição ibérica e a urgência da modernidade.

No Brasil, o fenômeno nacional adquire enorme importância, sob a égide das preocupações por inserir o país na modernidade ocidental, através do pensamento de intelectuais brasileiros como José de Alencar (1829-1877), Tobias Barreto (1839-1889), Sílvio Romero (1851-1914), Joaquim Nabuco (1849-1910), Alberto Torres (1865-1917), entre tantos outros, sendo, no entanto, necessário realçar o maior relevo a ele atribuído pelos “românticos” (Weffort, 2006), ainda que envolvidos na perspectiva de revestir o elemento indígena em “elemento civilizado” e secundarizando o negro na constituição da nacionalidade brasileira, o qual apenas torna-se parte da reflexão sobre a dinâmica social com o advento da abolição e

com as preocupações em torno de reformas sociais mais estruturais (Alonso, 2007).

Ora, verificando o contexto descrito, é possível dizer que duas perspectivas relativamente hegemônicas, uma delas, à época, “marginal”, no tocante ao entendimento do nacional, destacaram-se no início do século, tendo o constructo *raça* predominância no caráter definidor da nacionalidade, cuja consequência, haja vista o tipo de teoria social produzido no período, é uma espécie de ruptura do campo intelectual, talvez um dos elementos explicativos da “marginalização” de determinadas interpretações. No pensamento social brasileiro, a temática em questão foi abordada por alguns dos principais ensaístas cuja obra, de um modo ou de outro, inevitavelmente, percorreu as relações entre nacionalidade e raça na busca pela explicação do fenômeno nacional. De fato, por um lado, temos a referência primordial ensaísta de influentes intelectuais como o já citado Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909) e Oliveira Vianna (1883-1951) e, de modo mais indireto, o famoso ensaio de Paulo Prado (1869-1943), “Retrato do Brasil” (1997 [1928]), especialmente o seu *Post-Scriptum*, que, seguindo princípios e ideias evolucionistas e deterministas relativas à “degeneração”, “barbárie”, “miscigenação” e “enfermidade social”, debruçaram-se sobre a problemática racial, levando-os, de modo geral, à crença no princípio de que o único modo de resolver o problema seria através do cruzamento racial, o que desemboca na conhecida “teoria do branqueamento”, uma das peculiaridades tipicamente nacionais, e na ênfase nas políticas de imigração e de educação, ou seja, em direção ao triunfo e à regeneração da raça branca no país (Ventura, 1991; Schwarcz, 1993).

Outra vertente, contrária a certo “otimismo milenarista” (de Souza, 2005) que perpassava o pensamento de certos autores em relação ao papel da raça, era constituída por outros intelectuais que, mais críticos em relação ao “valor social do mestiço”, consideravam o cruzamento racial um verdadeiro perigo para a boa saúde do Brasil e da etnicidade branca. Entre eles, talvez o de maior destaque seja Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), cujas pesquisas sobre a influência africana e o sincretismo religioso no Brasil, inovadores estudos etnográficos na época, tenderam a fortalecer as suas concepções racistas e a crença na tese da degeneração racial como consequência da mestiçagem.

No intermédio entre esses dois “Projetos para o Brasil tem-se a “interpretação dissidente”, seguindo expressão utilizada por Ortiz (1994 [1985]), do sergipano Manoel Bomfim (1868-1932). Bomfim, o “rebelde esquecido” (Aguiar, 2000), tem sido, de modo gradativo, especialmente nos últimos 15 anos, relocalado entre os “principais intérpretes do Brasil”, inclusive em posição de enorme inovação, isso porque, em grande medida, a sua interpretação do nacional e do povo brasileiro é fortemente contrária às perspectivas teóricas dominantes no pensamento social da época, isso devido a sua inovadora interpretação do processo de colonização no Brasil, elegendo o “parasitismo ibérico” como causa de nosso “atraso”, bem como por sua crítica precoce à República (Costa, 2005, 2008)

Essa busca leva os intelectuais a um esforço de acercar-se impessoalmente dos objetos e dos indivíduos. Há, do ponto de vista de Maria Stella Martins Bresciani, uma “sede de objetividade” que corresponde aos métodos científicos cada vez mais legitimados por sua suposta exatidão nas últimas décadas do sé-

culo (Bresciani, 2007). Para o leitor contemporâneo, há “estranheza” no deparar-se com esses itinerários, atribuindo, muitas vezes, à maioria dessas interpretações a sua aparente “implausibilidade”, guiada através da visão nublada de que a busca e o seu respaldo eram conquistados sob a égide do *status* da ciência moderna, cuja função principal foi, indubitavelmente, tornar o discurso de então paradigmático e principal antecessor das ciências sociais no Brasil (Ortiz, 1994 [1985]). A despeito desses intérpretes, creio que a essa “implausibilidade” é possível associar uma leitura mais coerente que preserve a derivação do encontro da tradição com a modernidade, procurando compreender, nesse sentido, o impacto que muitas dessas leituras “implausíveis” exerceram sobre a produção de sentido no pensamento brasileiro, ou seja:

Os mesmos autores que nos ensinam a situar os nossos antepassados intelectuais são também os criadores de nossos preconceitos na compreensão de sua obra e, se parece inevitável que cada geração faça sua própria leitura das obras dos intelectuais que a precederam, seria desejável que ampliasse também as condições do entendimento tanto da produção intelectual criticada como dos marcos de que partem seus críticos (Corrêa, 1998, p. 26).

Seguindo nessa esteira interpretativa, é possível perceber que são os efeitos de suas obras no diálogo entre as mudanças na teoria social contemporânea e o processo de globalização, posterior a essa erupção ensaísta, que confirmarão ainda mais a sua importância, por um lado, devido ao fato de que “os contemporâneos muitas vezes são os piores intérpretes de uma obra” (Schnaiderman, 2000, p. 9) e, por outro, porque muitos de seus desmembramentos transformaram-se em programas

de organização sociopolítica (Bosi, 1994), como se verá, por exemplo, em Oliveira Vianna, a partir de sua inserção como consultor jurídico no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) no governo Vargas. O contexto levou, a partir das tentativas de diagnosticar o “atraso”, a posições à direita e à esquerda, muitas vezes, não excluídas; hoje, entendidas como “sintoma do período”. Como nos diz o professor Alfredo Bosi:

Há uma conexão mais ou menos estreita entre os seus modos de abordar o Brasil e o nacionalismo sistemático [...], do próprio Estado Novo. É arriscado, porém, incluí-los genericamente entre os ideólogos da Direita, em razão do colorido opressor, classista e racista que o termo foi assumindo por força das vicissitudes políticas do século XX. Representam, em conjunto, um sintoma da crise do liberalismo jurídico abstrato, da sua incapacidade de planificar o progresso de um povo; e, apesar das suas diferenças e mesmo das contradições internas de que todos padecem, significam [...] um passo adiante na construção de uma sociologia do povo brasileiro (Bosi, 1994, p. 313).

Ou seja, pode-se dizer que o desdobramento, do ponto de vista estético e ideológico, do modernismo nos anos de 1920, “veio criar condições para aproveitar e desenvolver as intuições de um Sílvio Romero, ou um Euclides da Cunha, bem como as pesquisas de um Nina Rodrigues” (Candido, 2000 [1965], p. 123). Além disso, não é à toa que é característico do período o fato de ele tender ao ensaio, não apenas às breves crônicas, como ao longo ensaio histórico e sociológico, que, de certo modo, incorporou o movimento ao pensamento nacional. Em certa medida, Oliveira Vianna aqui se insere, isso porque apenas a partir dos anos 1970 e 1980 é possível perceber apropriações e exercícios de entendimento de seus textos e de suas categorias-diagnóstico do “atra-

so” brasileiro, como, por exemplo, as ideias de “clã”, “insolidarismo”, “autoritarismo instrumental” e “democracia autoritária”, as quais confluíram para uma espécie de “terapia democrático-autoritária” que, do ponto de vista dele, parecia imprescindível à República (Reis, 2006).

Esse debruçar-se sobre ele foi impulsionado pelo fato dos temas do autoritarismo e da democracia se presentificarem na “ordem do dia” àquele momento, levando à necessidade de se compreender o porquê da distância percebida entre o “país político” e o “país real” (Weffort, 2006), tanto no âmbito de nossas instituições, a educação sendo uma delas, como também em nossas relações interpessoais, onde a ideia de “clã” parece ainda fortemente presente na política nacional, tanto nos grandes centros econômicos como também no interior do Brasil. Na verdade, a despeito das diferenças culturais e políticas existentes entre a sociedade brasileira e outras sociedades ocidentais, creio que é possível afirmar a existência, nessas sociedades, de períodos em que elas são instadas a pensar sobre si próprias, em um processo espiralado de apropriação de interpretações sobre si e a consequente gestação de novas ideias e explicações relativas às raízes e às possibilidades de sua emancipação. O “eterno retorno” a alguns de nossos intérpretes parece traduzir essa inquietação, ou seja, mais uma vez eis aqui uma intervenção que nos leva à inevitável questão de saber “por que estamos sempre discutindo quem somos, como somos e por que somos o que somos” (Oliven, 2002), mais uma vez, “em busca de nosso tempo perdido”.

Estado, raça, nação e educação em Oliveira Vianna

Oliveira Vianna (1883-1951) talvez seja um dos ensaístas mais

associados à vertente racista de teorias e de intelectuais que argumentaram sobre a “questão nacional brasileira”, especialmente devido ao papel exercido no discurso da elite brasileira, na época, pelo seu posicionamento acerca da já mencionada “teoria do branqueamento”, o “seu pé-de-chumbo”, na expressão de Brandão (2002), isso porque a sua obra, especialmente o tratamento da “questão étnica”, organizada e sistematizada na década de 1920, pareceu a alguns um “retrocesso” (Skidmore, 1976) e a outros, “retardatária” (Leite, 1992 [1954]), ou mesmo “ridícula” (Candido, 2000 [1965]), por ter ele sistematizado e enfatizado um complexo de ideias racistas que teriam sido superadas pelo progresso alcançado na antropologia de sua época (Munanga, 1999). Mais recentemente, Vianna teve o auxílio de José Murilo de Carvalho para sair do “inferno” a que fora enviado (Carvalho, 1991). Hoje, nesse sentido, deriva-se daí ponto de vista cuja análise é relativamente menos consequente da força de posições ideológicas que, em certos contextos, nublam uma interpretação mais adequada.

Muitas vezes, o pensamento de Vianna foi tratado como se estivesse “fora de lugar”, seguindo intuição clássica de Schwarz (2000). Posições “absurdas” encontradas nele tornaram-se referência no pensamento europeu nos anos 40 devido, em particular, aos seus argumentos sobre o processo gradativo de branqueamento prognosticado. No entanto, algumas de suas noções sobre o Estado moderno, em época de apologia a um Estado mínimo, parecem ser fundamentalmente contemporâneas (Costa, 2002). Ora, embora nas críticas elaboradas em relação aos seus argumentos possa ser percebida certa coerência ao refletirem as transformações identificadas no pensamento social da

época, especialmente com mais um “bando de ideias novas” desembarcando no Brasil, acredito, na esteira de alguns de seus intérpretes (Skidmore, 1976), que Oliveira Vianna (1883-1951) deve ser tratado como uma espécie de “figura de transição” entre as teorias sociais que forneceram a base de sustentação do “racismo científico” que predominou antes de 1914 e a filosofia social de cunho “ambientalista” que se tornou hegemônica após a década de 1930, especialmente através da influência da obra de Gilberto Freyre (1900-1987). Além disso, creio que, devido à sua ênfase sobre a questão étnica, contribuiu para a atribuição de importância à raça e para a sua transformação em elemento de certa permanência no entendimento da ideia de nação que, nos dias de hoje, ainda permeia as discussões sobre o nacional no Brasil.

No entanto, creio que o problema se encontra nos excessos de seus intérpretes em torno dessa questão e na secundarização de outros elementos que tornaram um intelectual protagonista no diagnóstico sobre o “atraso brasileiro”, os quais se encontram atrelados em sua tese sobre o papel central do “latifúndio” na constituição do que se entende por sociedade brasileira. Isso é algo que já se percebe em Joaquim Nabuco (1849-1910), décadas atrás, em sua crítica à “obra da escravidão”, intuição que parece alimentar Vianna e que reverbera no pensamento de Gilberto Freyre, herdeiro de ambos¹. De acordo com Weffort (2006), essa é a grande novidade

da sociologia de Oliveira, o fato de ele ter deslocado a ênfase atribuída no Império à escravidão, questão essencialmente política, em certa medida, em direção à *propriedade da terra*, ao isolado latifúndio, essa tendo sobre a formação da sociedade não apenas consequências políticas e econômicas, mas, fundamentalmente, psicológicas e institucionais, forjando, assim, a sua ideia de uma sociedade “insolidária”, fundada em um “espírito de clã”, engessada em seus particularismos e partidarismos, categoria-chave que tem a pretensão de ser um diagnóstico do “atraso brasileiro” (Gomes, 2009).

Em diversas obras, Oliveira Vianna (1883-1951) procurou elaborar a sua argumentação acerca do “atraso brasileiro”. No entanto, em duas delas encontra-se o elemento fulcral de seu pensamento, “Populações meridionais do Brasil” (Vianna, 1982 [1920], o seu principal texto, e “Evolução do povo brasileiro” (Vianna, 1956 [1923]), onde ele afirma, na esteira dos intérpretes da época, que buscava “*a caracterização social do nosso povo tão aproximada da realidade quanto possível, de modo a ressaltar quanto somos distintos dos outros povos, principalmente dos grandes povos europeus*” (Vianna, 1982 [1920], p. 40, grifo nosso). Esse intuito, já anunciado em seu prefácio, é ainda bastante influenciado pelas teorias e métodos das teorias sociais europeias da segunda metade do século XIX, lembrando em demasia esse mesmo efeito sobre as obras de Sívlio Romero (1851-1914) e Eucli-

des da Cunha (1866-1909), quando também objetivaram aplicar esses critérios ao entendimento de nossa formação nacional:

Há hoje um grupo de ciências novas, que são de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico. É a antropogeografia, cujos fundamentos lançou-os o grande Ratzel. É a antropo-sociografia, recente e formosa ciência, em cujas subestruturas trabalham Gobineau, Lapouge e Ammon, gênios possantes; fecundos e originais. É a psicologia coletiva dos Les Bons, dos Sigheles e principalmente dos Tardes. É essa admirável ciência social, fundada pelo gênio de Le Play, remodelada por Henri de Tourville, auxiliado por uma escola de investigadores brilhantes, Demolins, Poincard, Deschamps, Rousiers, Préville, cujas análises minuciosas da fisiologia e da estrutura das sociedades humanas, de um tão perfeito rigor, dão aos mais obscuros textos históricos uma claridade meridiana (Vianna, 1982 [1920], p. 40).

De fato, como é possível perceber do trecho acima, percebe-se a ressonância existente na obra de Vianna das teorias raciais da época, de tal modo que alguns de seus intérpretes inclusive atribuem à sua “ingênua e despropositada confiança numa pseudociência racial” (Odalía, 1997, p. 167) a sua defesa do que ele denominou de “arianismo” e a sua atribuição de importância fundamental aos valores originários das sociedades pré-capitalistas, daí o papel determinante, como ver-se-á adiante, dos latifúndios e da zona rural na constituição do nacional em sua obra. Por outro, devido a certas

¹ De fato, alguns intelectuais criaram esquemas explicativos se utilizando da instituição escravagista como ponto central para propor reformas “para além da abolição”, que justificassem a libertação do negro, como, por exemplo, “implementação do trabalho livre”, “universalização da instrução” e a “democratização do solo”, leia-se reforma agrária, que, atreladas aquela, impulsionariam o desenvolvimento e o progresso da civilização. Análises clássicas sobre a abolição e sobre alguns de seus intelectuais protagonistas aludem a nomes como Luiz Gama (1830-1882) e André Rebouças (1838-1898), e, entre esses, aquele que mais associou notoriedade ela, sem dúvida, é Joaquim Nabuco (1849-1910). Nabuco, além de publicar, em 1883, *O abolicionista*, livro aquele que, em definitivo, trouxe a abolição à agenda política nacional e o tornou peça-chave na libertação dos escravos no país (Alonso, 2007), concedendo-lhe reconhecimento histórico. Nabuco, entre tantos outros que constituíam a *intelligentsia* nacional, era descendente de uma importante oligarquia pernambucana, que por influência o levou ao parlamento como deputado de Pernambuco em 1878 e, conduzido por várias oscilações e contradições, iniciou a gestação de sua trajetória intelectual e, especialmente, política (Alonso, 2007).

consequências disso, como, por exemplo, para ele, o fato de que no Brasil não havia “opinião organizada”, devido àquele “espírito de clã”, onde no latifúndio “a solidariedade vicinal se estiola e morre”, o povo não está suficientemente organizado para ter consciência de seus interesses, daí

essa educação histórica, esse espírito de clã, que domina por inteiro a mentalidade das nossas classes inferiores. O camponês, por força do seu instinto de conservação, acerca-se do homem forte local, faz-se o seu cliente, torna-se o seu protegido, o seu camarada, o seu companheiro, o seu amigo incondicional na boa e na má fortuna (Vianna, 2005 [1920], p. 227).

Logo, o Estado deve resolver e remediar tal situação, educando o povo, para que esse venha a ser, nas palavras dele próprio, “a carne, o sangue e o músculo da Nação a ser criada”. Mas, afinal, seguindo a indagação de Skidmore (1994) se semelhanças eram possíveis de ser identificadas entre ele e aqueles intelectuais, qual o acréscimo efetuado por Oliveira Vianna, “a novidade”, e por que, nos dias atuais, a sua obra pode nos auxiliar no entendimento de problemas cotidianos da vida social brasileira? Contrariamente a autores como Manoel Bomfim (1868-1932) e Alberto Torres (1865-1917), ainda que a esse último próximo, críticos do “paradigma republicano” e de elementos centrais da geração que o produziu, Vianna (1883-1951) retoma um elemento-chave da teoria social da época, que é a atribuição de importância que essa mesma geração deu ao elemento “raça” na formação nacional de um povo, reconhecendo efetivamente a ausência de unidade antropológica e psicológica no Bra-

sil e instituindo, do ponto de vista sociológico – e daí talvez uma de suas maiores contribuições – uma análise do Brasil a partir de sua “diversidade” constitutiva, regional:

Devido a essa diversidade na distribuição geográfica das três raças formadoras, os tipos étnicos regionais não apresentam a mesma unidade de caracteres morfológicos, nem a mesma identidade de temperamento e mentalidade: *daí a impossibilidade de enfeixá-los, no ponto de vista da antropologia e da etnologia, num tipo único e nacional* (Vianna, 1956 [1923], p. 140, grifo do autor).

Dessa impossibilidade de enfeixá-los, no ponto de vista da antropologia e da etnologia, num tipo único e nacional, parecem derivar duas posições nas leituras efetuadas por alguns de seus intérpretes acerca de sua preocupação em elaborar uma teoria que leve à unidade racial como necessariamente vinculada à unidade política. A princípio, em Vianna, conforme um dos seus intérpretes, Nilo Odalia (1997), a unidade racial não é fundamental para assegurar a unidade política e territorial do país. Para Odalia, Vianna não parece “manifestar preocupação alguma em definir um projeto rígido e concreto, objetivando a constituição de um homem (branco) brasileiro, pela fusão das três etnias básicas existentes no país” (Odalia, 1997, p. 165), afirmando não constituir o problema étnico brasileiro o cerne nem a parte mais importante de seu pensamento². Na verdade, o Estado é o centro e o seu, bem como o seu papel enquanto gestor, guiado por uma espécie de autoritarismo provisório (Reis, 2006), pois derivado da impossibilidade interna ao povo de autogestão – daí a ideia de um

“racionalismo educacional” para além da simples alfabetização.

Inevitável é perceber que as leituras que proliferaram acerca de sua obra atribuíram papel fundamental à preocupação em articular e conciliar “unidade racial” e “unidade política”, de tal modo que o elemento racial parece elevar-se a um primeiro plano, e eis aqui a crítica contemporânea procurando “ir além” dessa secundarização da própria tradição, extraíndo dele as derivações de sua concepção de Estado e as implicações que o papel do latifúndio e da ideia de “clã” têm, por exemplo, nas práticas sociais que envolvem as relações entre o público e o privado (Botelho, 2007); daí imprescindível é compreender a sua ideia de nação. A nação, em Oliveira Vianna, é constituída de duas dimensões relacionadas: por um lado, a dimensão “psico-antropológica”, essa que impunha à impossibilidade de se fixar um tipo racial nacional e, por outro, a dimensão “socioeconômica”, essa já constituída e que privilegia o Brasil no âmbito mundial e, além disso, do ponto de vista dele, poderia facilitar a “arianização” do brasileiro:

Em nenhum país do mundo coexistem uma tamanha harmonia e tão profundo espírito de igualdade, entre os representantes de raças tão distintas. [...] Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos têm aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas. Está, por exemplo, ao alcance de todos a propriedade da terra. Franqueados a todos os vários campos de trabalho, desde a lavra da terra às mais altas profissões (Vianna, 1956 [1923], p. 277, 290).

² Odalia (1997) menciona manifestação do próprio Vianna em relação ao problema: “Daí uma viva reação – e a atordoada foi grande. O único, no entanto, que não deu quase nenhuma significação à crítica feita fui eu mesmo; porque considerei este tema como um ponto secundário, que não valia aos meus adversários perderem tanto tempo em combatê-lo, nem a mim em defendê-lo” (Vianna, 1942, p. 38).

Nesse sentido, conforme esse segundo tipo de interpretação, com que o trabalho ora elaborado encontra-se mais estreitamente relacionado, Vianna concebe a dimensão racial como um problema em busca de solução. Ele, na esteira da concepção de Nina Rodrigues relativa ao “atavismo” e à ideia de “degeneração racial”, argumenta em torno de uma lei antropológica que faz com que os indivíduos resultantes da miscigenação tendam a retomar as características físicas, morais e intelectuais das raças originais: “não há raça sem eugenismo” e “o que principalmente as distingue é a sua maior ou menor fecundidade em eugênicos” (Vianna, 1956 [1923], p. 153). Com base nesses princípios, Vianna desenvolve uma teoria relativamente original relativa à questão étnica. Vianna acredita na existência de dois tipos de mestiços: por um lado, um mestiço inferior, resultado do cruzamento do branco com o negro do tipo inferior³, trata-se de um mestiço incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade colonial; por outro lado, há o mestiço superior, produto do cruzamento entre branco e negro do tipo superior, “susceptível de arianização”, capaz de contribuir na organização e civilização do país (Munanga, 1999). Para Vianna,

os nossos mestiços nem são todos absolutamente inferiores, nem todos absolutamente superiores. Há, entre nós, mestiços superiores e mestiços inferiores. O conhecimento que temos da diversidade do tipo mental das várias tribos negras e índias que entram em caldeamento com o branco, nos leva, aliás, logicamente, a essa conclusão. Um cruzamento

feliz de um tipo superior de negro ou de índio com um branco bem dotado de eugenismo pode produzir um mulato ou um mameluco superior, se porventura, pelo jôgo das influências hereditárias, preponderar nesse cruzado o eugenismo do tipo branco (Vianna, 1956 [1923], p. 158).

Essa distinção classificatória e consequente ascensão do “mestiço superior”, seguindo a sua crença no ‘atavismo’ e no consequente branqueamento da população brasileira, deram-se a partir da independência, com as possibilidades proporcionadas pela institucionalização do ensino superior e pela sua gradual aproximação com a aristocracia rural, “centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade” (Leite, 1992 [1954], p. 226) e também pela própria abolição, haja vista que antes dela o “apuramento sucessivo” do povo não se podia desenvolver devido ao afluxo incessante dos sangues negro e índio que neutralizavam o processo, elevando o índice de “nigrescência” do Brasil (Munanga, 1999).

Em Oliveira Vianna, assim, percebe-se um processo similar a outros intelectuais do período. A princípio, um pessimismo inicial em relação à aplicação da ideia de nacionalidade no Brasil para, a partir daí, transitar entre “oscilações” e “contradições” relativas à possibilidade de se afirmar a existência futura de uma “nação brasileira” portadora de unidade racial. Entre tantos intérpretes, Vianna talvez produziu obras diretamente relacionadas à questão étnica, procurando, de acordo com o seu contexto histórico, articular dimensões políticas e comporta-

mentais da vida social brasileira, muitas vezes, inclusive, fazendo uso da estatística, “a consciência das sociedades”, para afirmar que a anteriormente negada diversidade estava a ser transformada gradativamente através do “refinamento da raça” (Vianna, 1956 [1923], p. 186), que era, por sua vez, produto de uma “lenta elaboração histórica” (Vianna, 1956 [1923], p. 169), elaboração essa auxiliada pelo papel do movimento imigratório europeu no aumento do “coeficiente da raça branca” (Vianna, 1956 [1923], p. 170). Veja esse trecho de Vianna relativo à estatística:

As estatísticas são a consciência das sociedades: por elas é que estas tomam conhecimento das transformações obscuras, que se operam na intimidade da sua economia, ou, por assim dizer, dos fenômenos da sua vida subconsciente. Essas misteriosas operações, que as várias modalidades de seleção étnica estão realizando na intimidade da nossa massa nacional, no sentido de clarificá-la e arianizá-la, se são, a bem dizer, imperceptíveis a olho nu, mostram-se, entretanto, claríssimas, de uma visibilidade meridiana, quando reveladas à luz dos dados estatísticos (Vianna, 1956 [1923], p. 188).

Entretanto, aparentemente seguindo concomitante à construção do “Projeto para o Brasil” de Vianna, é, curiosamente a partir de meados da década de 1910, que as discussões sobre o conceito “raça”, a legitimidade das teorias raciais e o racismo científico consequente perdem um pouco o fôlego, especialmente, com o início da I Guerra Mundial e com o uso feito dessas concepções por alguns estados nacionais através da busca por legitimação de ideologias

³ Oliveira Vianna parte do princípio que entre as numerosas nações negras que desembarcaram no Brasil existiam enormes diversidades tanto somáticas como psicológicas, comparativamente aos brancos; consequentemente, o cruzamento dessas nações com os portugueses também proporcionou uma variedade de tipos (Munanga, 1999).

nacionalistas.⁴ Ortiz (1994 [1985]) e o brasilianista Skidmore (1976) sugerem esse período, especialmente o ano de 1914, como símbolo da emergência de um novo “espírito nacionalista” que tem como consequência o desvencilhamento das teorias raciais e ambientais características do início da República Velha. Embora essa mudança seja evidenciada por diversos fatores, não é demais lembrar que a existência de similaridade em certas esferas da elite intelectual no Brasil é algo que apenas traduz a ambiguidade constitutiva do campo. Um exemplo dessa ambiguidade é pequeno, mas importante, livro do escritor Paulo Prado (1869-1943) “Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira” (1997 [1928])⁵, publicado em um período em que distintas concepções sobre povo conviviam. Na verdade, com isso não estou desejando aqui justificar a posição de Vianna, mas sim entender o porquê de seu posterior ostracismo e a sua aproximação a vertentes conservadoras no pensamento social brasileiro, opondo-se, por exemplo, a Manoel Bomfim, situado à esquerda na *intelligentsia* nacional (Costa, 2005, 2008).

Nesse sentido, a contribuição de Oliveira Vianna recai, sobretudo, na ênfase atribuída por ele à inter-relação existente entre os elementos nação e raça no entendimento e na definição do que constitui o Brasil, continuando preocupações sobre a questão da nacionalidade e forjando, com a sua radicalização em direção ao branqueamento, o ambiente necessário à emergência

e consolidação de uma perspectiva contrária à sua. Talvez devido a essa polarização presente na suposta homogeneidade que se à ideia de “arianização”, a *heterogeneidade* tenha sido tornada mais evidente. Por isso é que Vianna deve ser visto como um propulsor para o futuro, ou seja, menos como um “racista de carteirinha” e mais como um autor que alimentou o ambiente de transição que caracteriza as décadas de 1910 e 1920 e, contemporaneamente, tem a sua obra gradativamente revisitada, menos as questões relativas ao seu arianismo, e muito mais a sua contribuição à compreensão da noção de Estado no Brasil (Brandão, 2007). Além disso, também abordando a relação do Estado com a configuração de uma educação para além da alfabetização ou de um simples encaminhar o jovem a uma profissão. Finalmente, é preciso ressaltar o seu auxílio na compreensão da forma em que se constituem as relações entre o público e o privado no contexto local (Botelho, 2007), isso porque, a despeito do fato de o seu diagnóstico sobre o atraso nacional, basilado pela ideia de uma “sociedade clânica”, daí a pouco completar um século, a sua atualidade é fundamental, haja vista a condução da vida política e social brasileira ainda ser persistentemente atrelada à perversa dimensão da personalidade e do “favor”.

Referências

AGUIAR, R.C. 2000. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro, Topbooks, 561 p.

- ALONSO, Â. 2002. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 392 p.
- ALONSO, Â. 2007. *Joaquim Nabuco*. São Paulo, Companhia das Letras, 379 p. (Coleção Perfis Brasileiros).
- ARAUJO, R.B. de. 1994. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freire nos 30*. São Paulo, Ed. 34, 223 p.
- BARBOZA FILHO, R. 2002. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/Editora IUPERJ, 502 p.
- BOSI, A. 1994. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 528 p.
- BOTELHO, A. 2002. *Aprendizado do Brasil. A Nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas, Unicamp, 176 p.
- BOTELHO, A. 2007. Sequência de uma sociologia política brasileira. *Dados*, 50(1):49-82.
- BRANDÃO, G.M. 2007. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo, Hucitec, 220 p.
- BRANDÃO, G.M. 2002. Oliveira Vianna: Populações meridionais do Brasil. In: L.D. MOTA (org.), *Introdução ao Brasil 2: Um banquete no trópico*. São Paulo, SENAC, p. 299-325.
- BRESCIANI, M.S.M. 2007. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo, UNESP, 501 p.
- CALVINO, I. 1993. *Por que ler os clássicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 279 p.
- CANDIDO, A. 2000 [1965]. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo, T.A. Queiroz, 195 p.
- CARVALHO, J.M. 1991. A utopia de Oliveira Vianna. *Revista Estudos Históricos*, 4(7):82-99.
- CORRÊA, M. 1998. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, EDUSF, 487 p.
- COSTA, J.C. de C. 2005. O problema nacional, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações do nacional em Manoel Bomfim. *Política e*

⁴ Manoel Bomfim (1868-1932), inclusive, em 1914, escreve um texto denominado “Darwin e os conquistadores”, com o objetivo de criticar um livro escrito por um general alemão de nome Von Bernhard, onde esse enaltece as “virtudes do morticínio e da conquista, incitando”, dessa forma, a “Alemanha a lutar contra o mundo inteiro se tanto for preciso para conquistá-lo e dominá-lo”, seguindo uma reinterpretação própria de Darwin que o levou a compreender “a guerra como uma necessidade biológica, de alta e primordial importância, elemento regulador da vida da espécie humana, sem o qual esta não pode seguir seu desenvolvimento natural e avançar em civilização e saúde” (Bomfim in Aguiar, 2000, p. 326).

⁵ Em “Retrato do Brasil”, por exemplo, pode-se ler: “O que se chama a arianização do habitante do Brasil é um fato de observação diária. Já com 1/8 de sangue negro, a aparência africana se apaga por completo; é o fenômeno do passing (passagem) dos Estados Unidos. E assim, na cruz contínua de nossa vida, desde a época colonial, o negro desaparece aos poucos, dissolvendo-se até a falsa aparência de ariano puro” (Prado, 1997 [1928], p. 191-192).

- Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, 22:165-184.
- COSTA, J.C. de C. 2008. Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional. *Revista Cronos*, 9(2):417-438.
- COSTA, S. 2002. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 228 p.
- CHACON, V. 2001. *A construção da brasilidade – Gilberto Freyre e sua geração*. Brasília/São Paulo, Paralelo 15/Marco Zero, 158 p.
- CHACON, V. 2005. *A Grande Ibéria: convergências e divergências de uma tendência*. São Paulo/Brasília, UNESP/Paralelo 15, 270 p.
- DE SOUZA, R. 2005. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Revista Sociologias*, 7(13):302-323.
- GOMES, A. de C. 2009. Oliveira Vianna: um Statemaker na Alameda Boaventura. In: A. BOTELHO; L.M. SCHWARCZ (orgs.), *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 144-159.
- LEITE, D.M. 1992 [1954]. *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*. São Paulo, Ática, 460 p.
- MUNANGA, K. 1999. *Rediscutindo a mestiçagem*. Petrópolis, Vozes, 160 p.
- ODALIA, N. 1997. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo, Editora UNESP, 171 p.
- OLIVEN, R.G. 2002. Cultura brasileira e identidade nacional (O eterno retorno). In: S. MICELI (org.), *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. Brasília, CAPES, vol. 4, p. 15-43.
- ORTIZ, R. 1994 [1985]. *Identidade nacional e cultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 149 p.
- PRADO, P. 1997 [1928]. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 319 p.
- REIS, J. C. 2006. *As identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro, FGV, 239 p.
- RICUPERO, B. 2007. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo, Alameda, 220 p.
- SCHNEIDER, A.L. 2005. *Silvio Romero: hermenêutica do Brasil*. São Paulo, Annablume, 259 p.
- SCHNAIDERMAN, B. 2000. Prefácio. In: F. DOSTOIÉVSKI, *Memórias do subsolo*. São Paulo, Ed. 34, pp.7-12.
- SCHWARCZ, L.M. 1993. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 287 p.
- SCHWARZ, R. 2000 [1997]. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Ed. 34, 237 p.
- SKIDMORE, T.E. 1976. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 328 p.
- SKIDMORE, T.E. 1994. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 292 p.
- SOUZA, J. 2000. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora UNB, 276 p.
- SOUZA, J. 2003. *A construção social da sub-cidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/IUPERJ, 207 p.
- VENTURA, R. 1991. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 207 p.
- VIANNA, L.W. 1997. *A revolução passiva – iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ, 224 p.
- VIANNA, O. 1942. *O idealismo na Constituição*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 350 p.
- VIANNA, O. 1982 [1920]. *Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras*. Brasília, Câmara dos Deputados, 460 p.
- VIANNA, O. 1956 [1923]. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 313 p.
- VIANNA, O. 2005 [1920]. *Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras*. Brasília, Senado Federal, 423 p.
- WEFFORT, F.C. 2006. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo, Ática, 360 p.

Submetido em: 21/07/2010

Aceito em: 09/07/2011